

# Funaro informa que Brasil

economia

sábado, 18/1/86 □ 1º caderno □ 15

## prorroga acordo com credores

Brasília — O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, confirmou ontem, à saída do Ministério, que os banqueiros internacionais concordaram com a prorrogação por um ano das linhas de crédito de curto prazo (comercial e interbancário) e com a suspensão do pagamento este ano das parcelas do principal da dívida externa vencidas em 1985 e a vencer em 1986.

O Brasil seguirá pagando apenas os juros da dívida e depositará o equivalente em cruzeiros, numa conta do Banco Central, da parcela do principal que vence este ano. A parcela vencida em 1985 foi rolada para pagamento em sete anos, com cinco de carência.

As linhas de curto prazo serão prorrogadas por um ano, a partir de março. Funaro explicou que serão necessários 45 dias para a redação e assinatura formal dos contratos. Até a saída do ministro, rumo a São Paulo, cerca de 21h30min, não havia definição sobre a redução dos spreads.

Funaro já se dirigia para o carro oficial, quando foi obrigado a voltar ao elevador, onde o aguardava uma ligação, de Nova Iorque, do presidente do Banco Central, Fernão Bracher. O ministro atendeu, ali mesmo, no elevador e voltou em seguida para dizer que as negociações tinham sido suspensas e seriam retomadas hoje, quando sairia a decisão sobre o spread e outras questões pendentes.

Assessores do ministro da Fazenda comemoraram o êxito parcial das negociações. "Foi uma grande vitória e, de certa forma, inesperada", disse um deles,

referindo-se à prorrogação por um ano dos créditos de curto prazo. "O principal não vai ser pago. Isso até as pedras da rua sabem", disse o assessor especial, João Manuel Cardoso de Mello.

Funaro disse que avisou ao presidente Sarney dos pontos já acertados da negociação, cerca de uma hora e meia antes de deixar o Ministério. Ressaltou que a firmeza da posição do presidente foi essencial na negociação. "Ele teve a visão de que nós poderíamos seguir por esse caminho", disse.

Funaro considerou fundamental "a mudança de postura" do Brasil, negociando, pela primeira vez, diretamente com os banqueiros sem a assinatura de um acordo formal com o FMI. Ele confirmou que o governo pretende pagar os juros de acordo com a Libor e que, após a assinatura formal dos contratos, só voltará a negociar com os banqueiros em 1987. "O ano de 1986 já não nos preocupa", disse.

O ministro iniciou a entrevista fazendo um balanço das negociações desde que assumiu o Ministério. Lembrou que o país fez um esforço imenso de ajustamento interno, obtendo, em três anos, superávits acumulados de 35 bilhões de dólares. "Não poderíamos ser jogados numa vala comum com outros países que não fizeram esforço algum", disse, referindo-se à exigência de monitoramento do FMI. Indagado sobre se teria recorrido ao Fundo em 1982, quando o Brasil ficou inadimplente, respondeu: "Em 1982, provavelmente sim. Mas se tivesse assumido em 1980, não haveria 1982."